

Suplemento de Património

Mensal | Ano 12 | N.º 83 | distribuição gratuita | Revista Municipal

A igreja de São Pedro de Caíde de Rei

Cristiano Cardoso* e Elsa Silva**

A FREGUESIA

Desde a crista da Cumieira, que aqui se eleva quase aos 350m, até às margens do Rio Sousa, visitante fugaz que o monte do Crasto fez desviar, a freguesia de Caíde de Rei cresceu, aproveitando as condições com que a Natureza e o Homem a favoreceram. O solo, enriquecido pela encosta e irrigado pela Ribeira de Caíde, os cumes, a nascente, protectores do gélido Marão, e a segurança do Crasto vigilante permitiram a fixação da população pelo menos desde a Idade do Ferro. A ocupação romana do território verifica-se, igualmente, com especial evidência, nas proximidades da Casa de Vila Verde. José Augusto Vieira menciona o local, assegurando que *tem aparecido sepulturas antigas, capiteis de columnas, objectos de ceramica* (Vieira, 1887: 364). Estes elementos, de que fala o autor de *O Minho Pittoresco*, nunca foram observados ou estudados por nenhum investigador, desconhecendo-se, aliás, o local exacto do seu aparecimento, embora os populares os relacionem com um pequeno outeiro designado Povoense, ligeiramente a sul da casa. Contudo, em várias visitas que, ao longo dos últimos anos, realizámos às referidas propriedades, deparamo-nos frequentemente com materiais de superfície como fragmentos de tijolos e *tegulae*, espólio igualmente identificado por outros investigadores (Sousa, 2007:54 e 55; 132 e 133). O aproveitamento agrícola da terra era uma realidade já bem desenvolvida em plena Idade Média. Em 1220 o rei era senhor de 28 casais dentro dos limites desta freguesia, aos quais se acrescentavam 4 casais da própria igreja de Caíde de Rei, 7 do mosteiro de Travanca, 2 do mos-

teiro de Freixo, enquanto os mosteiros de Mancelos e Arnóia possuíam 1 casal cada (cf. Lopes, 2004:199). Na totalidade, a freguesia de São Pedro de Caíde de Rei tinha 43 casais no ano de 1220, facto bem elucidativo da propensão agrícola desta terra e do interesse que suscitava junto das principais instituições senhoriais.



Fig. 1 - Fachada principal

Nas Inquirições de 1258, fruto de novos arroteamentos ou da divisão de casais primitivos, o pároco Gonçalo Gil, já refere 47 casais, mantendo-se o mesmo número, para cada senhoria, que fora apresentado em 1220, com excepção do mosteiro de Arnóia, que detinha, agora, 2 casais. Os restantes 3 casais pertenciam a fidalgos (cf. Idem:199 e 200).

Caíde de Rei pertenceu ao julgado de Santa Cruz e, posteriormente, ao concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega. Só em 1855, com a extinção do referido concelho, se operou a integração desta freguesia no concelho de Lousada. Em termos de organização eclesiástica esteve integrada na diocese de Braga durante pelo menos 6 séculos, passando, em 1882, para a diocese do Porto.

A ADMINISTRAÇÃO CIVIL E ECLESIASTICA

Caíde de Rei foi do padroado régio durante toda a Idade Média. Em 1399 e 1400 o rei D. João I ainda apresenta dois párocos para esta igreja, Domingos Gonçalves e João Rodrigues (Idem:204). A indicação do pároco ficava sujeita à confirmação do próprio rei e do arcebispo de Braga. Mais tarde, o *jus praesentandi* passou a ser exercido pelos condes de Sabugal, na sequência da doação que fez o rei D. Sebastião, no ano de 1573, do concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega, com todos os direitos associados, incluindo os padroados, a D. Garcia de Meneses (Hespanha, 1986: 39). D. Garcia, que morreu sem descendência, era tio materno de D. Duarte de Castelo Branco, 1.º conde de Sabugal, título criado em 1582 pelo rei D. Filipe I.

Os bens da igreja de Caíde de Rei constituíram a base patrimonial da criação de uma comenda da Ordem de Cristo por volta dos últimos anos do primeiro quartel de Quinhentos. No tombo dos bens da comenda, realizado no ano de 1613, era comendador frei Dom Manuel de Ataíde e Azevedo (*Tombo de 1613*: fl. 1). Num novo instrumento de inventariação de bens mandado fazer em 1679, esta comenda estava sob administração de D. Maria Bárbara de Noronha, condessa de Alegrete (*Tombo de 1679*: fl. 1), viúva de Matias de Albuquerque, 1.º (e único) conde de Alegrete. D. Catarina, por alvará de 25 de Fevereiro de 1648, fora autorizada a administrar os bens do seu marido (RGM, Ordens, lv. 3, fl. 5), falecido no ano anterior, que terá sido recompensado com três comendas (Caíde de Rei, Alvarenga e Ribeira de Pena) ainda no reinado de Filipe IV.

* Técnico Superior de Ciências Históricas. CML.

** Técnica Superior de História de Arte. RR.



Fig. 2 - Pormenor do alçado sul da capela-mor. Distinguem-se orifícios de *forx*, uma cruz da Via-Sacra junto ao vão e mais duas cruzes localizadas na base do aparelho.

As principais corografias confirmam estes dados. O Padre Carvalho da Costa, em 1708, afirma que Caíde de Rei era reitoria da comenda da Ordem Cristo e o reitor da apresentação do conde de Sabugal, rendendo 100 000 reis para o pároco e 300 000 reis para o comendador (Costa, 1708:131). Nas primeiras décadas de Setecentos, Craesbeck, identificou o reitor, o padre António Ribeiro, mas errou ao atribuir a comenda ao conde de Sabugal (1723:161). A comenda, por esta altura, era do 1.º marquês de Angeja, D. Pedro António de Noronha, sobrinho de D. Catarina de Noronha. No Inquérito Paroquial de 1758, o reitor Caetano Pinto de Almeida confirmava que a terra e a apresentação do pároco pertenciam ao Conde Meirinho-mor (conde de Sabugal), afirmando que a comenda era do marquês de Angeja (Capela, Borralheiro e Matos, 2009:302).

Dos bens e propriedades da igreja de São Pedro de Caíde de Rei e da comenda da Ordem de Cristo, chegaram até nós, pelo menos, três tombos. Um deles, ainda anterior à constituição da referida *comenda nova*, remonta ao ano de 1517, embora só se conheça um traslado mandado fazer em 1545, guardado no Arquivo Distrital de Braga. No Arquivo Nacional/Torre do Tombo encontram-se mais dois tombos, de 1613 e de 1679. Estes tombos apenas referem três casais – Laje, Seara e Lagarteiro –, menos um do que os que haviam sido mencionados nas Inquirições de 1258. O quarto casal seria, com certeza, o próprio passal da igreja.

No tomo de 1613 ficaram registados os limites da freguesia, que eram assim fixados: *comesando a Pedra*

Odre habaixo da Venda Queimada he dahi polla estrada publica que vai pera a Lixa ate Paranhos isto pollo nascente e dahi caminhando pello norte vai pello mo[n]te abaixo ao outeiro da caverna peer a ermida de Santa Marta e dahi ao longuo dos carvalhos de Souzellinha digo da quinta de Souzellinha e dahi per abaixo ate emtrar no ribeiro abaixo das casas das pollitas e pollo ribeiro ate a ponta dos lameiros de Souzellinha onde se chama ho Urgual e deixando de fora co[n]tra Souzellinha ho monte do Urgual vai pello caminho abaixo dar no vao de Barrimao isto tudo pella parte do norte e destas duas co[n]frontações parte co[m] Travanqua e Villare dahi pella parte do poente vai pello rio de Sousa abaixo ate o Riquião e dahi torna ao picoto do monte do Crasto e vai pello alto do dito monte ate os vallos das agras de Meinedo isto tudo pello poente partindo co[m] Avelleda e dahi pella parte do sul partindo co[m] Meinedo vai pella Pedra do Couto ao Moinho Velho e Gramais e saindo pello norte por fora dos vallos da bouça da Quintã. E dahi pello caminho arriba por fora dos vallos das bouças dalmeida ate chegar a Pedra Danta e dahi torna a fazer ponta contra o nascente per antre Lordello e Almeida sarrar outra vez na Pedra do Odre onde se comesou esta medição [...] (Tombo de 1613, fls. 36v e 37).

Embora o texto do tomo não o refira, na sequência desta definição, vulgarmente, demarcava-se os limites através da fixação de marcos. Todo o circuito da freguesia ficou limitado por padrões em granito, frequentemente em forma de paralelepípedo, gravados com a cruz de Cristo numa das

faces. Ainda hoje se conhecem alguns destes elementos patrimoniais de elevado interesse histórico e cultural, como o marco do Lugar Novo – que Nunes, Sousa e Gonçalves (2008:97) consideraram tratar-se de uma estela funerária, posição que logo contestámos e que foi recentemente revista (Nunes, Lemos e Leite, 2010:190) – e o marco da Aldeia Bela.

A IGREJA DE SÃO PEDRO DE CAÍDE DE REI

Segundo Ferreira de Almeida, trata-se de um edifício de construção nunca anterior ao século XVI, que sofreu uma grande reforma revivalista românico-gótica na segunda metade do século XIX. O portal norte e os vãos de esquina chanfrada constituem os elementos mais antigos. É de destacar a imagem de São Pedro, do século XV ou XVI, colocada na frontaria, que seria urgente conservar em melhores condições. O interior, globalmente do século XIX, apresenta belas pinturas nos tectos da nave e da capela-mor. A imagem de Nossa Senhora das Graças, do século XVIII, é igualmente de boa qualidade.

No alçado norte, como constatou Luís Sousa, inserido no pano frontal da torre sineira, pode-se observar o corpo de um campanário, que a construção da torre oitocentista aproveitou. O motivo da grande reforma a que a igreja foi sujeita na segunda metade do século XIX esteve, seguramente, relacionado com o estado de ruína do edifício, em particular da capela-mor. Numa visita feita no ano de 1822, o visitador descreve uma *igreja antiga e mal ornada e sem capela mor, porque a que tem está suspensa por indecente e arruinada (Visitas e Devassas, lv. 755, fl. 43).*

ANÁLISE ARTÍSTICA E ARQUITECTÓNICA

A igreja Paroquial de Caíde de Rei é um interessante monumento que nos traduz as vivências e o gosto dos revivalismos realizados em muitos edifícios do nosso país, assim como, no concelho de Lousada. A corrente revivalista está bastante ligada ao pensamento filosófico e político do século XIX. Os revivalismos surgem por influência do Romantismo, um estilo que procurou desafiar o espírito racionalista dos finais do século XVIII. Esta corrente em Portugal é vivenciada e experienciada, principalmente a partir da terceira década do século XIX e faz-se sentir quase até ao final do mesmo.

A arquitectura revivalista vai beber principalmente aos estilos do passado e à corrente historicista que caracterizou este movimento. Os esti-



Fig. 3 - Altar lateral norte

los mais reinterpretados nesta época são os da época medieval, ou seja, o Românico e o Gótico.

Neste contexto, a Igreja de Caíde de Rei é um excelente exemplar de uma reforma revivalista Neo-românica e Neo-gótica enquadrável no último terço do século XIX (fig.1).

No entanto, numa análise formal mais detalhada, conseguimos perceber, pelos elementos que restaram, alguns aspectos bastante interessantes que passaremos a descrever.

Espacialmente, este templo é composto por uma só nave, capela-mor rectangular e sacristia. Na fachada principal evidencia-se o espírito de que falamos anteriormente, ou seja, trata-se de uma fachada que utiliza vocabulário artístico e arquitectónico que nos remete para padrões estéticos mais antigos como o Românico e o Gótico, designadamente ao nível do portal, que se assemelha a um portal românico, composto por colunas, tímpano e arquivoltas, e ao nível da rosácea, que se insere no eixo central desta fachada e nos relembra os pontos de iluminação utilizados na arquitectura gótica. É rematada por empena triangular, encimada por uma cruz latina em pedra, e nas extremidades por pináculos em forma de urnas, vocabulário muito próprio da arquitectura do século XIX. Inserida num nicho da fachada encontra-se a imagem do padroeiro, São Pedro, escultura em calcário que denuncia tratar-se de uma obra do século XV ou XVI. Uma observação mais próxima e pormenorizada permitiria datá-la mais fidedignamente e verificar a persistência de policromia.

Adossada à frontaria, do lado norte, podemos observar uma curiosa torre sineira, de planta quadrangular, que pela sua forma, e como já mencionamos anteriormente, poderá corresponder ao reaproveitamento de um antigo campanário inserido na construção primitiva da Igreja. Formalmente é composta por dois corpos e cobertura triangular. No primeiro registo, vemos, lateralmente, um vão de acesso ao primeiro piso e na fachada norte podemos também observar uma escadaria de acesso à zona sineira. De denotar que também a torre traduz o vocabulário Neo-românico, isto é, utiliza elementos que nos relembra mais uma vez a época medieval através da utilização de cachorros e de ameias. Ainda na torre podemos ver um letreiro que recorda a inclusão de um relógio em 1959, *oferta dos filhos e netos de Lino Pinto de Babo*.

A fachada lateral norte é composta por dois vãos de iluminação estreitos, numa alusão às frestas utilizadas nas construções românicas. Neste alçado ainda encontramos um portal, ac-

tualmente entaipado, mas bastante curioso e que, na nossa opinião, deverá recuar à primitiva construção do século XVI. É um portal muito bem esquadriado, chanfrado lateralmente e composto por aduelas bastante largas, características da arquitectura do século XV e XVI. É de manifestar as semelhanças com o portal da Igreja de São Vicente de Boim, assim como, com o portal principal da Igreja de São Miguel de Lousada.

No lado norte, encontramos ainda o volume da sacristia, por onde temos acesso lateralmente à zona da capela-mor. Num dos seus muros rasga-se um vão de iluminação e é rematada por uma cruz e pináculos de forma piramidal.



Fig. 4 - Imagem de N. S. das Graças no altar lateral sul

O alçado lateral sul é composto por um portal, também ele chanfrado lateralmente e rematado por um silhar de forma simples. Para iluminar o interior foram também abertos dois vãos.

A capela-mor de forma rectangular é terminada em empena triangular e rematada por uma cruz, isto para instituir a coerência formal entre os vários corpos que constituem a Igreja, assim como, para indicar ao crente ou ao visitante a simbologia cristã, patente no símbolo da cruz.

Nas extremidades apresenta pináculos de forma piramidal, como os que observamos no volume da sacristia. No alçado lateral sul foi aberto um vão com o objectivo de iluminar o interior da capela-mor e realçar o espaço mais sacro da igreja.

Outro aspecto, que capta a atenção, consiste no conjunto de cruzes (fig. 2) que se encontram gravadas nos vários alçados ou fachadas exteriores da

igreja em forma de cruz latina. No total são treze cruzes que evocam a temática da Via-sacra e cumprem a função prática de marcar os respectivos passos. Não são, portanto, relativas à sagração da igreja, como se poderia, à primeira vista, pensar. Nos conjuntos de 14 cruzes o último passo representa o Sepultamento de Cristo, como vemos no Santuário do Bom Jesus em Braga. No entanto, nem sempre este 14.º passo tem representação nas Cenas da Paixão, como acontece no caso da igreja de Caíde de Rei. Outro exemplo desta religiosidade está patente na Igreja do Salvador de Unhão (Felgueiras), onde um conjunto, igualmente, de 13 cruzes rodeia a Igreja.

No nosso entender, esta igreja reaproveitou muitos dos silhares da primitiva construção. O seu aparelho apresenta cantaria almofadada, com cruzes e orifícios de *forfex*, marcas cuja análise poderá trazer novos dados mais assertivos sobre a datação do primitivo templo de São Pedro de Caíde de Rei. No cemitério da freguesia, construído em 1885, impõe-se uma referência ao jazigo da Casa de Vila Verde. Esta obra arquitectónica chamou-nos atenção pela sua ornamentação e construção, que se assemelha às construções medievais da região do Vale do Sousa, ou seja, portal à maneira românica (colunas, arquivoltas, tímpano) um pequeno campanário, ornamentação geométrica e vegetalista à maneira moçárabe, que a arquitectura românica do Vale do Sousa vai reinterpretar, e a utilização de cachorros lisos nas fachadas laterais.

Admitimos que o canteiro (pedreiro) que executou este jazigo, que datará dos finais do século XIX, tenha tido conhecimento da traça primitiva da igreja paroquial, procurando realizar algo semelhante em termos arquitectónicos e ornamentais neste jazigo. Como já havíamos mencionado não temos dados que nos levem a confirmar esta hipótese, no entanto, achamos pertinente referi-la para que, outro contexto, mais oportuno, seja aprofundada.

O interior deste templo reflecte claramente o ambiente revivalista, assim como, as diversas intervenções que foram realizadas ao longo do século XIX e XX. Como mencionado anteriormente, este Templo em 1822 encontrava-se em mau estado de conservação e, segundo a nossa interpretação das palavras do *visitador*, a capela-mor seria o espaço que estaria em pior estado.

No interior encontramos, o coro-alto, em madeira e suportado por mísulas em pedra. A anteceder a entrada da nave temos um vestíbulo. No alçado norte, inserido num vão, encontramos a pia baptismal e um painel de azulejos recente, com a representação de São



Fig. 5 - Vista da nave para a capela-mor



Fig. 6 - Escultura de Santa Marta

João Baptista a baptizar Jesus Cristo. O tecto da nave é revestido a madeira pintada. Ao centro foi representado São Pedro assim como, a mitra e as chaves símbolos iconográficos deste santo. Também podemos observar a representação dos Dez Mandamentos ou Decálogo. O tecto também apresenta ornamentação vegetalista e floral.

Na parede sul encontra-se ainda o púlpito, também este com a representação da mitra e das chaves, atributos que identificam o padroeiro. Nesta mesma parede encontramos um altar lateral (fig.3), que pelas suas formas manifesta tratar-se do século XIX (formalmente parece-nos uma obra de talha de transição do estilo Rococó para o Neoclássico ou então uma obra realizada no século XX realizada segundo os cânones destes estilos), no entanto, parece-nos ter sofrido intervenção no século XX, que desvirtuou a sua originalidade ao nível da policromia e do douramento (purpurina e não folha de ouro). Presente neste retábulo ao centro encontra-se a imagem do Sagrado

Coração de Jesus. Lateralmente podemos observar as esculturas de São Sebastião e de São Vicente de Paulo. O altar lateral adossado na parede norte (fig.4) assemelha-se formalmente ao altar lateral sul. Ao centro é de salientar a imagem de Nossa Senhora das Graças, provavelmente datada do século XVIII. A ladear esta imagem, podemos ver a imagem de Nossa Senhora da Conceição e a imagem de São José, bastante mais recentes.

Toda a nave é revestida por um lambrim de azulejos de padrão azul, amarelo e branco, provavelmente dos finais do século XIX. No entanto, em algumas zonas verificamos que alguns dos azulejos são uma cópia dos originais, por exemplo os que se encontram a revestir a zona que faz a transição da parede do arco cruzeiro com a parede lateral.

A fazer a divisão da nave para a capela-mor abre-se o arco cruzeiro (fig. 5), coroadado por um remate em talha. Na parede do arco cruzeiro podemos ver inseridos em pequenos baldaquinos, a

imagem de São Brás e a Imagem de Santo António com o Menino. O altar-mor reflecte também as características descritas sobre os altares laterais. Ao centro encontramos uma pintura com a representação da cena que retrata o Encontro de Jesus com os Discípulos de Emaús. Ainda no altar-mor podemos observar duas esculturas, a de São Pedro e a de Nossa Senhora do Rosário ou Nossa Senhora com o Menino. Na bancada do altar-mor, ao centro, encontra-se o Sacrário, peça em talha dourada que nos sugere uma datação mais antiga relativamente à máquina retabular que encontramos actualmente.

Ainda no espaço da capela-mor podemos observar uma escultura de Cristo Crucificado e o tecto em caixotões em madeira com representações de temática religiosa: Santíssimo Sacramento, Eucaristia, os Quatro Evangelistas: São Mateus, São Marcos, São Lucas e São João e Sagradas Escrituras.

Apesar de não se encontrarem no espaço da Igreja, é importante referir três imagens muito interessantes do ponto de vista artístico: São Roque, Santa Marta e S. Francisco. A imagem de Santa Marta merece-nos uma atenção especial. Trata-se de uma representação em madeira policromada, datável do século XVII, a necessitar de intervenção de conservação e restauro. Revela um curioso trabalho ao nível dos panejamentos e prende a atenção do espectador pela sua expressão facial. Conta a lenda que esta Santa miraculosamente terá matado um dragão. Normalmente é representada como uma mulher comum, com vassoura na mão, com um conjunto de chaves, com uma concha de sopa e com o dragão que derrotou. A imagem que pertence à igreja de São Pedro de Caíde de Rei apresenta alguns destes atributos, entre eles o dragão e um caldeirão, denotando-se pela posição do braço e da mão direita que deveria segurar a colher da sopa ou a vassoura. (fig.6)

Fontes e Bibliografia

- ANTT. Mesa da Consciência e Ordens. Secretaria da Fazenda e Bens das Ordens. *Tombo da Comenda de Caíde del Rei*. Maço n.º 120, Rolo 5338. (Leitura e transcrição por Cristiano Cardoso). (Esta referência correspondente aos tombos de 1613 e de 1679).
- ANTT. Registo Geral de Mercês. Ordens. (Esta referência foi obtida através do site <http://ttonline.dgarq.gov.pt>).
- ADB. *Visitas e devassas*. Lv. 755. (Leitura efectuada a partir de uma certidão emitida pelo ADB).
- CAPELA, J. V., MATOS, H. e BORRALHEIRO, R. (2009) – *As freguesias do distrito do Porto nas Memórias Paroquiais de 1758*. Braga: ed. autor.
- CASTRO, A. (2004) – *Santos que Curam e Protegem: Registos Devocionais do Concelho de Ovar*. Ovar: Câmara Municipal.
- COSTA, A. C. da (1706-1712) – *Corografia Portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...* Lisboa: Valentim da Costa Deslandes.
- CRAESBEEK, F. X. da S. (1992) – *Memórias Ressuscitadas da Província de Entre Douro e Minho, no ano de 1726*. Ponte de

- Lima: Ed. Carvalhos de Basto.
- FRANÇA, J.A. (2004) – *História da Arte em Portugal. O Pombalismo e o Romantismo*. Lisboa: Editorial Presença.
- HESPANHA, A. M. (1986) – *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal. Séc.XVII*. Rio de Mouro: ed. autor. Vol. II.
- LOPES, E. T. – *Lousada e as suas freguesias na Idade Média*. Lousada: Câmara Municipal, 2004.
- NUNES, M., SOUSA, L. e GONÇALVES, C. (2008) – *Carta Arqueológica do Concelho de Lousada*. Lousada: Câmara Municipal.
- NUNES, M., LEMOS, P. e LEITE, J. (2010) - Acompanhamento arqueológico das obras de remodelação do Salão Paroquial de Nespereira. *Oppidum*. N.º 4. Lousada: Câmara Municipal. pp.179-194.
- SILVA, J. e CALADO, M. (2005) – *Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura*. Lisboa: Editorial Presença.
- SOUSA, L. (2007) – *Proto-história e Época Romana no concelho de Lousada: aplicação de um SIG na análise espacial em arqueologia*. Tese de Licenciatura. Porto: FLUP. Policopiado.